

DA FORMAÇÃO COMUNITÁRIA À FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA (E VICE E VERSA): NOVO PERFIL DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Vanessa Regina de Oliveira Martins*
Universidade Federal de São Carlos

Vinícius Nascimento**
Universidade Federal de São Carlos/
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo: Neste artigo, objetiva-se realizar uma discussão sobre o novo perfil de tradutores e intérpretes de língua de sinais que está se constituindo no Brasil a partir das políticas públicas de incentivo à formação deste profissional. Analisa-se, qualitativamente, um questionário semia-berto respondido por alunos de um curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa de uma universidade federal

* Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Pedagoga com habilitação em Educação Especial pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Atualmente é Professora Assistente do Departamento de Psicologia no curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. São Paulo. Brasil. E-mail: vanymartins@hotmail.com

** Mestre e Doutorando em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Bacharel em Fonoaudiologia pela mesma instituição. Bolsista de Doutorado do CNPq. Atualmente é Professor Assistente do Departamento de Psicologia no curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. São Paulo. Brasil. E-mail: nascimento_v@ufscar.br



localizada no Estado de São Paulo. Os resultados apontam para uma busca pela área não mais marcada pela relação prévia com os surdos ou para a diplomação de uma atividade já praticada, mas pela opção de pontuação atribuída na lista de escolha profissional do Sistema de Seleção Unificado (SISU). Isso remonta a hipótese de um novo perfil profissional distinto do das décadas de 1980, 1990 e 2000. Com a visibilidade e disseminação da língua de sinais os ingressantes têm enxergado nesta língua mais uma opção de formação para o mercado profissional. Problematiza-se, então, a necessidade de se promover uma formação que congrega, desde o primeiro ano, sujeitos não falantes da Libras, bem como seus desafios didáticos e pedagógicos na formação e, com isso, na promoção da acessibilidade comunicacional das comunidades surdas brasileiras.

Palavras-chave: Tradução. Interpretação. Libras. Formação. Comunidade Surda.

FROM COMMUNITY TRAINING TO UNIVERSITY TRAINING (AND VICE-VERSA): NEW SIGN LANGUAGE TRANSLATOR AND INTERPRETER PROFILE IN THE BRAZILIAN CONTEXT

Abstract: This paper aims to discuss the new profile of sign language translators/interpreters that is taking shape in Brazil since the implementation of policies stimulating the training of these professionals. We qualitatively analyzed answers to a semi-open questionnaire given by undergraduate students from a BA course in translation and interpretation in Brazilian sign language/Portuguese. Our results show that the ones to seek for this area are not, as it used to be, the ones who have some relation with the deaf community and/or need some kind of certification for their activity as a sign language interpreter. Actually, the students' choice for the course in discussion had to do with their score in a unified profession selection system (SISU). This contrasts with the 1980, 1990, 2000 sign language interpreter's profile. As Brazilian Sign Language has become more popular, people search for a university degree have started to see sign language translation/interpreting as an interesting option for their career. So, we discuss here the need to take into account the need to provide students who cannot sign with the necessary pedagogical means to learn the language, which will promote the accessibility of Brazilian deaf communities.

Keywords: Translation. Interpretation. Brazilian Sign Language. Interpreters Training. Deaf Community.

A prática é um conjunto de revezamento de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra.

Gilles Deleuze

“Fazer história” é re-questionar e re-combinar os saberes.

Yves Schwartz

Introdução

Este trabalho tem como ponto de partida as mudanças na trajetória histórica e formativa do tradutor e do intérprete de língua de sinais no Brasil, identificando espaços de resistências e lutas que marcam a emergência de uma atividade que se inicia em espaços comunitários, da prática e da vida, e que atualmente ganha lugar dentro da academia. Partilhamos do entendimento de Deleuze (1979), realizado na obra *“Microfísica do Poder”*, de autoria de Michel Foucault, de que a teoria funciona como uma caixa de ferramenta que só faz sentido na construção autoral dentro de uma prática pensada que a ela faça sentido: para isso olhar a prática é fundamental. O autor afirma que “não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas” (DELEUZE, 1979, p. 71), ou seja, não há uma teoria universal sem se debruçar nas particularidades do cotidiano, por isso, a partir de uma existente, compõem-se outras, mais úteis, diríamos. Com isso, afirma-se a necessidade de comprometimento autoral nas aproximações feitas, na escolha da lente a ser “usada como ferramenta”, e por isso, a funcionalidade e criação múltipla e constante de uma teoria. Orienta-nos: “[...] encontrem vocês mesmos seu instrumento, que é forçosamente um instrumento de combate” (DELEUZE, 1979, p. 71). Teoria como arma combativa, teoria como luta que funciona na prática e que quer trazer sujeitos marginalizados para o olhar acadêmico, ganhando fala e potência.

De algum modo, retomando nosso objeto de estudo – a formação de profissionais tradutores e intérpretes de língua de sinais no Brasil – as trajetórias trilhadas até aqui apontam para novos

caminhos e, por isso, pedem paradas e reflexões, especialmente sobre o novo perfil de profissionais deste campo e as necessidades de aproximação da/na comunidade surda neste novo cenário formativo. Faremos uma análise histórica a partir de uma realidade específica: um curso de formação de tradutores e de intérpretes no interior de São Paulo. Este artigo, portanto, se propõe como um diálogo filosófico sobre o cenário de formação de tradutores e de intérpretes de língua de sinais se arvorando a apontar os caminhos já trilhados, rumando novos horizontes, os quais carecem a constante revisitação reflexiva. Dialogaremos com dois autores que nos oferecem ferramentas teóricas fundamentais para este diálogo: Michel Foucault e Yves Schwartz.

Pela lente foucaultiana, é possível analisar trajetórias históricas que marcam pontos de resistências sustentadas em lutas travadas por sujeitos também resistentes, na qual são nomeadas, nessa perspectiva, de “focos de experiência”. Esses focos são os espaços de resistências que promovem novos saberes e impõem outras normas distintas. A surdez é um bom exemplo de “foco de experiência”, quando a aparição de intérpretes e tradutores de língua de sinais só se faz em determinado momento histórico, emergindo colado a uma nova discursividade. É quando o campo ganha novos contornos, para além da visão clínica, numa discursividade antropológica e linguística, tendo a língua de sinais como foco de resistência, por representar a língua de uso das comunidades surdas que há aparição de sujeitos mediadores de uma língua de sinais (reconhecida pela Lei 10.436/02) para uma língua oral e vice e versa. Nessa ruptura discursiva é que há a emergência de intérpretes e de tradutores da língua de sinais e, torna-se necessário pensar a sua atuação profissionalmente (MARTINS, 2008, 2013). Assim, observaremos as relações discursivas e práticas dentro de um campo normativo possível e criado historicamente: “primeiro, as formas de um saber possível; segundo as matrizes normativas de comportamentos para os indivíduos e enfim os modos de existências virtuais para sujeitos possíveis” (FOUCAULT, 2010, p.4). Michel Foucault nos convida a olhar a contingência enquanto produtora de uma realidade na

qual o sujeito está imerso. E nela produz subjetivações a partir das experiências permissíveis, naquilo que o discurso já efetivou como possibilidade histórica de constituição. Assim, diríamos que uma nova experiência só é possível por compor um novo discurso e um novo saber.

Yves Schwartz, por sua vez, ao discutir a atividade de trabalho de uma perspectiva pluridisciplinar instituindo a Ergologia como abordagem analítica para as atividades humanas, nos oferecerá a reflexão de que toda a atividade é constituída de um constante processo de renormalização de normas antecedentes previamente estabelecidas e que ecoam sobre a atividade. O autor dá um passo adiante ao dizer que toda atividade de trabalho, foco central da Ergologia, é uma arena de negociação entre saberes investidos, que são construídos pelo trabalhador na prática da atividade, e os saberes instituídos, adquiridos, por sua vez, em disciplinas, manuais, instituições. Esses saberes são regulados por um constante debate de valores em que o trabalhador, enquanto protagonista da atividade, precisa gerir a fim de minimizar os dramas desses embates. Ao gerir isso tudo, ele refaz discursos e saberes, reconstruindo e refazendo, sempre, a história da atividade que protagoniza. Nesse prisma, “fazer história é re-questionar e re-combinar os saberes” (SCHWARTZ, 2003, p. 22).

O ponto de convergência dessas perspectivas é que a experiência é tomada como um dispositivo histórico construído na e pela vivência dos sujeitos e que compõe “os jogos de verdade, as relações de poder e as formas de subjetividade às quais estes jogos dão lugar” (LOPEZ, 2011, p. 42). São estes abalos históricos, que configuram a não linearidade da própria história, mas derradeiras vitórias, pelas emergências de certos posicionamentos e, por este viés, há a aparição de sujeitos efeitos destes saberes, discursos, normas e renormalizações apontados, possíveis e consolidados, que os constituem. A partir deste olhar, é possível refazer a trajetória histórica e apontar os pontos de emergência de sua insurreição, visto que, os sujeitos se refazem e questionam o que lhes foi prescrito e nesta ação cria o novo.

É essa trama a que constitui nossa experiência possível em cada lugar e cada momento. A experiência não é aqui a experiência em geral, mas a experiência concreta, histórica e culturalmente situada. Não se trata de determinar as condições de possibilidade da experiência humana, colocando como a priori um sujeito transcendental ou universal, senão de tornar visíveis as condições concretas que tem permitido a conformação de um particular tipo de experiência. (LOPEZ, 2011, p. 45).

Portanto, a história marcada como fragmentária e como efeito de lutas comporta a emergência de novos saberes como promotor de rupturas em meio às verdades que pretendem se firmar. “A emergência é, portanto, a entrada em cena das forças: é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude” (FOUCAULT, 1979, p.24).

É a luta pela configuração de um campo, no empoderamento da regulamentação da língua de sinais e de uma política da diferença que emerge a institucionalização da formação de tradutores e de intérpretes de língua de sinais na esfera acadêmica. Há uma vida (nas comunidades surdas e acadêmicas) que insiste na luta pelo seu posicionamento, pela afirmação de uma força que atravessa outros discursos que pretendem se firmar. É nessa relação de forças, como apontou Foucault (1979), e na constante renormalização de normas antecedentes, conforme as pressuposições de Schwartz (2003), que a aparição de outra verdade pode despontar: nas lutas e no surgimento de uma força que sai dos bastidores, e coloca-se na ação, no teatro da vida.

Se hoje olhamos e refletimos sobre a formação dos tradutores e dos intérpretes de língua de sinais no Brasil, e, com isso, o surgimento de um novo perfil, de acordo com a análise que apresentaremos adiante, é por conta de toda uma trajetória militante que produziu esta nova cena para ser figurada; e mais, porque num determinado momento histórico a figura do tradutor e do intérprete

emerge dentro de um discurso possível da surdez, como mencionado anteriormente, tomado não pelo viés clínico-patológico, pela lente da deficiência, mas dentro de um discurso cultural, pela lente da diferença linguística, que sofre modificações ao longo de sua produção (LOPES, 2007; MARTINS, 2008). Como mencionou Lopes (2007, p. 8), “qualquer escolha será sempre feita a partir de interpretações e representações que construímos, partindo de um conjunto de justificativas que escolhemos [...]” e nessa tensão há aparições de resistências às formas de ser e se fazer representado. No caso dos surdos, a surdez é narrada como um marcador cultural primordial¹, em uma leitura possível, em um campo de saber já configurado. Por meio das resistências surdas, entendemo-la “[...] como movimento interno à própria ‘invenção surdez’ e ao próprio acontecimento do ‘tornar-se surdo’” (LOPES, 2007, p. 10, aspas da autora), é nesse processo que emerge uma linha outra de narrar a experiência do ser surdo pela língua e não pela falta orgânica. É por conta desta aparição enquanto sujeito que integra o discurso da e na língua de sinais, como língua usada pelas comunidades surdas, com toda sua legitimidade linguística – o ser surdo como ser de direito social – que a inscrição da profissão de tradutor e de intérprete desta língua pode ser hoje pensada (LUZ, 2013)². Se o plano discursivo no qual se aloca a surdez não tivesse sofrido rupturas, a figura do tradutor e do intérprete de língua de sinais não teria sentido e, podemos ousadamente elucubrar, nem mesmo surgido.

Portanto, o presente artigo tem por objetivo resgatar esta trajetória de atuação, aparição, emergência e constituição dos tradutores e dos intérpretes de língua de sinais no Brasil para mostrar como um novo perfil de profissionais está se constituindo após os delineamentos e determinações legais para a formação deste profissional em nível superior – aqui se aponta as emergências que possibilitaram esta nova inscrição. A partir deste novo lugar, problematizamos os desafios atuais para a formação de um público que ingressa nos cursos de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa e de Bacharelado em Letras Libras por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sem conhecimento

da língua de sinais, diferente de experiências anteriores, como a de cursos de pós-graduação *lato sensu*. A situação sócio-histórica analisada neste artigo é narrada pelos sujeitos a partir de interesses diversos de escolha e sem aproximação prévia com o campo da língua de sinais e dos estudos surdos.

1. Contextualização do campo da tradução e interpretação da língua de sinais no Brasil: percurso histórico pela genealogia foucaultiana e pela ergologia

Tanto Michel Foucault quanto Yves Schwartz nos oferecem elementos analíticos interessantes para olharmos a história de uma atividade e de sujeitos que a protagonizam sempre cercada das contingências que os fizeram efeitos de um saber temporal. Se o primeiro adota a perspectiva genealógica a fim de observar pontos de emergência diferentes na história, problematizando o olhar linear, e defendendo que são os pontos de resistência comuns e a produção de saberes que a desenham, o segundo, parte da ergonomia da atividade, que olha o contexto de produção, para centralizar-se no sujeito enquanto construtor de saberes no constante processo de renormalização que são as atividades humanas.

Na obra “Microfísica do poder” de Michel Foucault há registro de uma conversa entre o autor protagonista com Gilles Deleuze no qual o segundo coloca alguns questionamentos sobre os intelectuais e o poder e afirma que Michel Foucault produz um novo modo de fazer teoria. Deleuze (1979), neste momento mencionado, contextualiza o modo como pensa a nova atuação do pesquisador no que se refere à ação prática daquilo que problematiza. Afirma que não é mais possível pensar por meio da representatividade de um grupo, ou seja, um intelectual orgânico, tomado como um pesquisador ou um teórico, que seja assim pensado, que produza uma teoria para ser fielmente aplicada na prática. Com isso delineia um modo outro interessante de fazer pesquisa, por meio da ação do revezamento, ou seja, a prática que fura a teoria e a produz de outros modos, e

vice e versa. Neste sentido, faz valer a multiplicidade daquele que fala e do que fala por ser a teoria um múltiplo de vozes e de forças que as fizeram emergir: “não existe mais representação, só existe ação: ação da teoria, ação da prática em relações de revezamento em rede” (DELEUZE, 1979, p. 70). A ação do outro pesquisado importa como voz ativa que reverbera na produção teórica: não há uma universalidade teórica, nem tampouco, o teórico tem autonomia para projetar a realidade do vivido pelos sujeitos observados.

Schwartz (2000, p. 43), ao discutir a relação da comunidade científica com a produção de saberes de sujeitos na atividade afirma que “as renormalizações que se produz nas atividades gera uma situação de ‘desconforto intelectual’, isto é, questiona novamente e invalida, em parte, os saberes disciplinares que, por definição, têm sempre tendência a neutralizar a história atual, local, dos homens e das atividades”.

A tradução e interpretação da língua de sinais no contexto brasileiro, considerada como uma atividade humana, especificamente de trabalho, emerge e se constitui na e pela prática por meio do protagonismo de sujeitos que vivenciaram uma estrita relação comunitária com os surdos que, pela necessidade de posicionarem-se em sua língua diante da sociedade, demandaram pessoas que promovessem sua interação com sujeitos ouvintes por meio de atividades tradutórias e interpretativas (NASCIMENTO, 2012).

É por essas “lacunas desconfortáveis” e pelas “práticas transgressoras” que a atividade de interpretação e de tradução da língua de sinais se constitui – e continua a se constituir – na história. O protagonismo da comunidade surda e a emergência de posição diante de diferentes interlocutores demandou, por consequência, a emergência destas atividades. Quando traçamos um paralelo com a interpretação de línguas orais, por exemplo, identificamos motivação de emergência parecida: a necessidade de comunicação de sujeitos que falam línguas diferentes. No entanto, o contexto dessa emergência se difere pelas relações estritamente comunitárias das pessoas surdas que, por estarem alocados em uma sociedade falante de uma língua majoritária, ficam, de certa forma, excluídos da

corrente de comunicação estabelecida no cotidiano (METZGER, 2010). Eis, então, a necessidade, demarcada e insistentemente discutida, de que a interpretação das línguas de sinais se encaixa, não apenas, mas com grande destaque, no eixo da interpretação comunitária delineada dentro dos Estudos da Interpretação (WADENSJO, 1998; PÖCHHACKER, 2004; SANTOS, 2013).

Pesquisadores brasileiros vêm mostrando que foi em contextos informais, sem formação e sem preparação que muitos profissionais atuantes se tornaram TILSP³ (QUADROS, 2004; ROSA, 2005; LEITE, 2004; LACERDA, 2009; NASCIMENTO, 2011; ASSIS SILVA, 2012, MARTINS, 2013). Na década de 1980, por exemplo, as atividades missionárias com surdos se intensificaram no Brasil pelas igrejas cristãs de matriz protestante, quando os sujeitos que ali se voluntariavam para atuar nos chamados *ministérios com surdos* aprendiam a língua de sinais. Porém, conforme mostra Assis Silva (2012), a interpretação de cultos era uma de muitas ações que as pessoas que aprendiam língua de sinais neste contexto realizavam. Primeiramente, os chamados missionários-intérpretes (a própria ordem da designação dos voluntários já demarcava as prioridades) precisavam estabelecer redes de contato, assistência e acolhimento na comunidade cristã a fim de fazer com que o surdo pudesse se sentir incluído. A comunidade, por sua vez, aprendia sua língua e a respeitar este sujeito na sua diferença social, linguística e cultural: não muito distinto do processo de colonização dos indígenas, por exemplo, no qual o aprendizado da língua nativa tinha como objetivo catequizar para a crença do colonizador (SOUZA, 2006).

Assis Silva (2012) ressalta que as ações das igrejas protestantes na década de 1980, que foram pautadas na concepção de missões evangelísticas transculturais, foram marcantes e transgressoras em relação à história do Cristianismo, como um todo, com os surdos, pois, a Igreja Católica, por exemplo, foi quem protagonizou as principais ações de oralização e normalização deste sujeito em nome de uma possível necessidade de conhecimento da palavra de Deus marcada, sobretudo, pelo falar e pelo ouvir.

Na tentativa de orientar o fazer dos missionários-intérpretes, do ponto de vista interpretativo, as igrejas cristãs de matriz protestante iniciaram, então, na medida em que esta atividade começou a ganhar contornos de importância, para além da composição de redes de assistência para os surdos, a criação de manuais orientadores para a prática. Esta foi uma tentativa de *prescrever e antecipar* normas para o fazer interpretativo dentro das igrejas. Assis Silva (2012), nos mostra como esses manuais funcionavam imbricados entre uma normativa ética e atitudinal:

Desse modo, ser intérprete exige uma série de requisitos. Além de ter uma vida espiritual reta, ele deve dominar o *Livro de sinais bíblicos* [...] que traz um léxico específico de sinais vinculados à religião. Ademais, *O clamor* [livro de normas de interpretação] expressa uma normatividade referente à performance de interpretação, a saber: ela deve ser realizada no palco, com dois metros quadrados de espaço; o intérprete deve se posicionar em pé; ele deve estar vestido adequadamente, utilizando a própria cor da roupa como pano de fundo para as mãos; ele deve saber antecipadamente quais músicas serão tocadas, quais passagens bíblicas serão lidas, qual será o mote da pregação; deve ter clareza e grande capacidade de expressão corporal; ser seguro, tranquilo, autoconfiante; usar adequadamente a língua, pois ela também é objeto da adoração; tomar devido cuidado com aparência, roupa, cabelo, acessórios; entre outras recomendações que visam disciplinar o corpo do intérprete no palco (p. 86).

Os requisitos exigidos dos missionários-intérpretes no desempenho interpretativo na esfera religiosa passaram, posteriormente, a ser aplicados à atuação profissional, como o posicionamento no palco ao lado do locutor, a vestimenta discreta e adequada, o conhecimento prévio do conteúdo a ser interpretado, fossem em palestras, conferências ou em espaços educacionais como *normas de atuação profissional*.

Essas primeiras práticas de interpretação, influenciadas pelos aspectos contextuais, foram determinantes para a discussão no processo de formação e atuação profissional de TILSP fora desse contexto, uma vez que grande parte dos TILSP atuantes, atualmente, tiveram suas primeiras experiências com interpretação de língua de sinais dentro das comunidades religiosas a que pertencem (ou pertenceram). Dado significativo para a constituição de uma postura interpretativa que guarda respingos da prática religiosa e assistencial.

A necessidade de se discutir uma prática orientada por determinadas normas ou prescrições é marcada, como se vê, desde a emergência de atuação visível destes sujeitos, no caso, na esfera religiosa. Essa prescrição, ou, na perspectiva ergológica, antecipação, acontece, geralmente, em contextos de formação em que saberes instituídos são apresentados para os sujeitos que estarão protagonizando algumas atividades para orientar o fazer e normatizar a atividade. E na perspectiva genealógica a norma é algo sempre presente e que captura, de um modo ou de outro, os sujeitos. Sua motivação se dá pelos saberes históricos firmados: no caso, a evangelização de surdos promove uma prática específica de atuação, que reverbera em outros espaços/contextos, e reafirma a relação de ouvintes para com surdos, tomado de modo a “ensinar” uma forma de vida e de crença. Há que se pensar em rompimentos necessários para a reconfiguração de um espaço formativo de intérpretes fora do viés assistencial e diretivo de comunicação. Na interpretação da língua de sinais, no entanto, essas antecipações foram realizadas a partir da experiência dos próprios sujeitos que estiveram em atuação, foram os próprios intérpretes que, pelo contexto posto, *normalizaram* suas experiências, a fim de oferecer aos novos colegas instrumentos prescritivos para sua atuação; e muitas vezes, saberes dominantes e opressivos sobre o fazer do outro: o certo e o errado, ou seja, a moral da interpretação estava de um modo prático, inventada e, portanto, sendo cobrada.

Schwartz (2003, p. 24), ao discutir o redimensionamento dos diferentes saberes e das normas antecedentes, sinaliza que as re-

normalizações acontecem na realização das atividades que, por sua vez, são determinadas pelo contexto histórico em que são realizadas, pois

se este concentrado de história é sempre, por uma parte, inacabado, lacunar, isto significa que a história se re-escreve em permanência, que novas normas de construção de saberes, de construção do social, “renormalizações” incessantes reaparecem em todos os lugares onde grupos humanos se mobilizam para produzir. (SCHWARTZ, 2003, p.24).

Para o autor, qualquer atividade humana envolve um debate constante entre as normas instituídas anteriormente – as chamadas *normas antecedentes* – e as possibilidades de renormalização a partir daquilo que é investido como saber, que é construído pela necessidade dessas renormalizações, durante a realização da atividade. O debate de normas, constitutivo de qualquer ação humana, acontece devido à indispensabilidade das normas antecedentes, que precisam existir para serem confrontadas com as necessidades de renormalização durante a atividade, e das suas condições inacabadas que se dão ao tratamento do “aqui e agora” (SCHWARTZ, 2003, p. 26) pelos sujeitos nela envolvidos.

Nessa perspectiva, a atuação do TILSP, permeada de “lacunas de normas” (SHWARTZ, 2003, p. 27) antecedentes e institucionalizadas para a realização do seu trabalho, é constituída de saberes advindos da própria prática. São conhecimentos atravessados tanto pela necessidade de proficiência das línguas envolvidas no ato tradutório, como pelas relações, negociações, dramáticas e embates instaurados pelo ato de mediação, durante a interação, entre os interlocutores surdos e ouvintes (NASCIMENTO, 2014).

E foi na tentativa de preencher esse “vazio de normas” que no final da década de 1980 e começo da 1990, um coletivo de trabalhadores intérpretes resolveu juntar-se, sob a batuta da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), para

um diálogo sobre as práticas de interpretação e para uma primeira tentativa de encaminhamento à uma profissionalização e institucionalização da atividade. O I o II Encontro Nacional de Intérpretes, em 1988 e 1992 respectivamente, foram importantes para estes trabalhadores vindos de todo o Brasil e para um intercâmbio das experiências vivenciadas em diferentes contextos até aquele momento, ainda incipientes e limitados se comparados aos dias atuais. O II Encontro, todavia, teve importância significativa para a categoria, pois nele foi votado e aprovado a fundação do Departamento Nacional de Intérpretes da FENEIS que foi, até meados de 2000, o órgão de regulação desta atividade (QUADROS, 2004) promovendo bancas de avaliação de proficiência linguística e expedindo, caso os candidatos fossem aprovados, certificados e credenciais como intérpretes reconhecidos pela comunidade surda.

As pessoas que atuavam na época dos encontros realizados pela FENEIS vinham das igrejas evangélicas que tinham os trabalhos assistenciais e das próprias famílias de surdos. Além dos voluntários cristãos, os chamados CODAS⁴ também participaram dos eventos e tornaram-se pessoas importantes para a legitimação da atividade interpretativa⁵ no Brasil.

O encontro destes trabalhadores para a troca de experiências e para o estabelecimento de um coletivo de atuação foi um passo importante para a profissionalização. Segundo Santos (2010), a politização dos intérpretes e a organização associativa foi um aspecto de extrema relevância para o desenvolvimento profissional, a aparição social e a organização enquanto classe. A força dessa coletividade se refletiu com bastante significância nos direitos linguísticos e sociais da própria comunidade surda que ganhou aliados e colaboradores nas lutas pela sua inscrição na sociedade brasileira.

Essas lutas, impulsionadas, sobretudo, pelas micro resistências dessa comunidade em relação aos discursos patologizantes sobre a surdez e pelos movimentos de rupturas tanto no discurso quanto nas práticas educativas com surdos, gerou o estabelecimento de documentos legais que, ainda que tenham sido construídas com base em uma política inclusiva e não em uma política, de fato, lin-

guística, conforme propõe Calvet (2007), instituíram os direitos de uso da Libras pelas comunidades surdas brasileiras. Em Foucault (1979), a luta contra a estabilidade de um saber e a aparição de novas formas de existências, anunciam o combate constante e a petição por novas aparições, trazendo outras narrativas de si mesmo, por meio de uma revisão das interpretações dadas que ganharam força pela violência de imposição de uma norma:

Mas se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história do conceito de liberdade ou da vida ascética como emergência de interpretações diferentes. Trata-se de fazer aparecer como acontecimento no teatro dos procedimentos. (FOUCAULT, 1979, p. 26).

A Lei 10.436/02, exaustivamente citada em qualquer publicação sobre a questão dos surdos e da Libras após 2002, bem como o seu Decreto regulamentador, 5.626/05, foram documentos que, para além de estabelecer uma circulação e inclusão possível dos surdos em suas condições visuais e linguísticas na sociedade brasileira, abriram, a partir deste reconhecimento, campo de trabalho em relação ao ensino, tradução e interpretação da Libras, pois opera na configuração de uma nova “interpretação” do que seja o surdo e de seus direitos: saberes postos em luta.

Embora a expressão *intérprete* já tivesse aparecido na Lei de Acessibilidade, 10.098, em 2000, e no Decreto que a regulamenta, 5.296/04, foi no Decreto 5.626, em 2005, que foi cunhado, pela primeira vez, a expressão *Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa*. Nesse mesmo documento, foi instituída a formação profissional em nível superior por meio de cursos de bacharelado

em tradução e interpretação, bem como formação em nível médio, como se lê no Capítulo V:

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I - cursos de educação profissional;
- II - cursos de extensão universitária; e
- III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III. (BRASIL, 2005).

Além da determinação para a formação, o Decreto ainda previu, enquanto essa formação não fosse consolidada como uma prática abrangente, uma forma de certificar os profissionais atuantes e organizar, do ponto de vista da normativa para a atuação, o campo de trabalho da tradução e da interpretação da Libras. Isso só se

deu, porque a profissionalização destes sujeitos são pautas sociais novas. O Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em busca do cumprimento das exigências do Decreto, realizou em todo o território nacional, em 2006, a primeira edição do Exame de Proficiência em Libras (PROLIBRAS) que teve por objetivo avaliar a compreensão e produção na língua brasileira de sinais (QUADROS et. al., 2009), oferecendo aos aprovados uma certificação profissional para a atuação como professores de Libras e tradutores e intérpretes de Libras/Português.

Em 2008, a UFSC abriu o primeiro curso de Bacharelado em Letras/Libras – Tradução e Interpretação do Brasil que foi realizado, também, em parceria com o MEC e oferecido a distância em 15 polos com universidades parceiras, federais e estaduais, formando, em 2012, o equivalente a 400 bacharéis em tradução e interpretação de Libras e Português compondo o primeiro grupo de profissionais do campo com formação em nível superior no país. No entanto, os primeiros formados em um curso universitário para esta atividade profissional foram os mesmos – se não, grande parte deles – sujeitos que já haviam se constituído intérpretes e tradutores pela prática e pela emergencialidade da atuação junto aos surdos. O vestibular para o curso foi realizado em Libras e os ingressos eram, em sua maioria, usuários dessa língua o que otimizou a produção de materiais e de conhecimento do curso em Libras, além da adoção desta língua como língua de instrução em boa parte das atividades realizadas no curso.

No entanto, em 2010, foi sancionada pelo, então, Presidente da República Federativa, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei de regulamentação da profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais. O documento que, prezava a classe, vinha para dar um tom delimitador às atividades de trabalho separando, com isso, aqueles que possuem graduação na área e os que não possuem, regulando, a partir disto, a atuação profissional. Os artigos que determinavam esta especificidade e a criação de um conselho federal que poderia, caso fosse criado, normatizar e fiscalizar a atuação

foram vetados pelo presidente. Embora os vetos tenham como justificativa a ampliação do campo e o cuidado de garantir a atuação daqueles que, embora não tenham a diplomação em nível superior, mas são capacitados pela própria prática para atuar, acabaram por limitar a contratação e a expansão do trabalho profissional em âmbitos de concursos em universidades e em outras instâncias⁶.

Em 2011, o estabelecimento de outro documento redesenhou o campo de formação para TILSP no Brasil. A recém-eleita Presidenta Dilma Rousseff assinou outro importante documento que teve efeitos para a profissão. O Decreto 7.612, que instituiu o *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite*, passou a delinear ações do governo federal para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência em todo o Brasil. Dentre as medidas, o Plano previa a criação de 27 cursos de Letras Libras – Licenciatura, para a formação de professores, e Bacharelado, para a formação de tradutores e de intérpretes, e de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue em nível superior (BRASIL, 2013) a fim de garantir que as pessoas surdas tenham acesso à uma educação e sociedade bilíngues, conforme descreve o documento. Esse último documento instituiu, para além da normatização do campo, a destinação de fomento para abertura de cursos de formação de tradutores e de intérpretes em todo o Brasil.

Todavia, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem sido adotado, com mais frequência pelas universidades brasileiras, em especial pelas federais, os cursos de formação que estão sendo abertos com financiamento federal pelo Plano Viver Sem Limite, como os Bacharelados e Licenciaturas em Letras Libras e em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa, entraram no leque de cursos disponíveis no Sistema de Seleção Unificado (SISU) para candidatos com pontuação para ingresso nas universidades. Sendo assim, com base no delineamento do campo, com o afunilamento na determinação de uma formação específica em nível superior que vise promover a inclusão social da comunidade surda brasileira, com a abrangência e expansão dessa formação e com a inserção de cursos de formação do campo no SISU, como

um curso possível no contexto brasileiro, levantamos a hipótese de que um novo perfil de tradutores e de intérpretes de língua de sinais constituir-se-á, brevemente, no Brasil: o de pessoas que aprendem a língua de sinais e a traduzir e interpretar na esfera universitária e, não mais, apenas, nas relações cotidianas com a comunidade surda. Dado que nos remete a pensar a necessária aproximação da academia e comunidade.

2. Procedimento metodológico

Para comprovar ou refutar a hipótese, produzimos um questionário semiaberto que abarcou seis temas centrais: (i) conhecimento de Libras antes do ingresso; (ii) motivação para a escolha do curso; (iii) relação com a comunidade surda; (iv) a visão sobre a pessoa surda e a língua de sinais; (v) expectativa de aprendizagem no curso; e (vi) prospecção de atuação. Aplicamos o questionário para os alunos que fizeram matrículas na primeira turma do curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que, embora não se chame Letras Libras, também foi aberto com fomento destinado pelo Plano Viver Sem Limite⁷. Apenas 13, dos 30 que se matricularam, responderam. Isto porque, à época da aplicação, maio de 2015, o curso já tinha uma evasão de 20%. Os dados foram tabulados e analisados em porcentagem para melhor visualização. As respostas fornecidas pelos alunos serão aqui abordadas como dizeres de sujeitos que fazem parte de uma situação emergente e que serão olhados com base nas duas perspectivas teórico-metodológicas anunciadas.

A escolha por trabalhar com a abordagem genealógica de Michel Foucault e a ergológica de Yves Schwartz se deu pela relação de aproximação epistêmica no que concerne à historicidade em ambas perspectivas. É possível relacionar saberes discursivos direcionados aos sujeitos, em determinada sociedade, e/ou grupo social, bem como, as perspectivas de ações práticas que capturam estes sujeitos

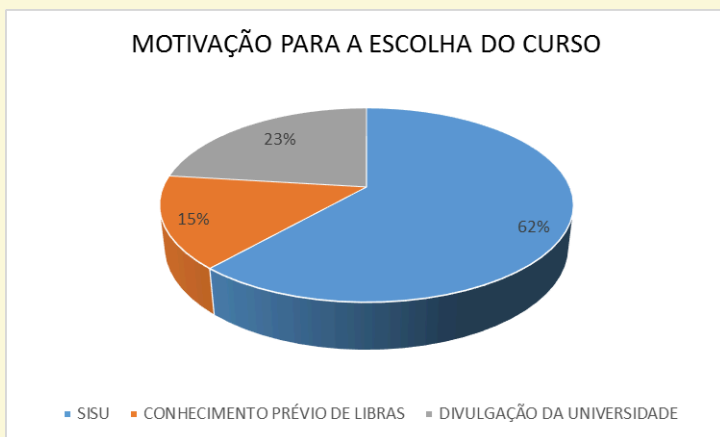
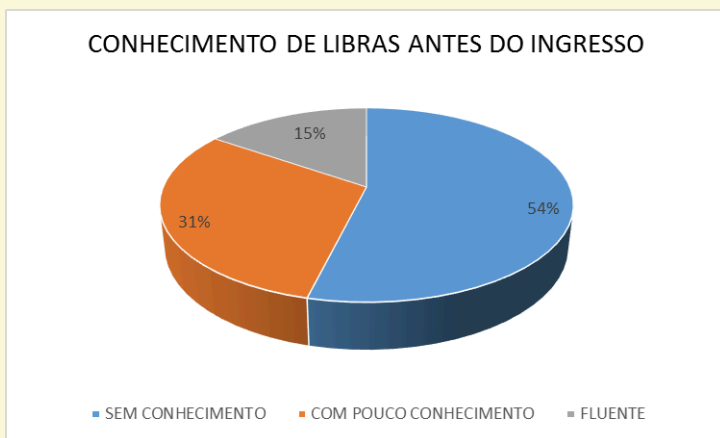
dentro do escopo de determinado saber. Se para Foucault (1979, 2010) discutir e problematizar as normas criadas como verdades absolutas são fundantes para pensar as relações de poder e saber e reconfiguram novas práticas, rumando constituições de subjetividades mas éticas; para Schwartz (2000, 2003) as atividades humanas são permeadas de normas e renormalizações, o que conflui na elaboração de saberes tencionados na vivência do sujeito e expresso por sua “voz” na e pela atividade demandando, por parte de quem a investiga, uma “escuta” para ler as ressignificações presentes nas ações renormalizadoras sobre determinada atividade. É evidente que há especificidades teóricas dos autores convocados e que seus olhares se direcionam a objetos distintos de conhecimentos, todavia, as questões históricas podem ser revividas, analisadas e assim buscar na genealogia a aparição temporal daquilo que buscamos olhar sobre a atuação dos intérpretes de língua de sinais. Os sujeitos são autores e protagonistas da história e podem reconstruí-la alargando os motes históricos que propulsaram determinados saberes.

Assim, ambas as perspectivas teóricas coadunam com o momento histórico vivido: a disseminação da Libras por diversos meios sociais e midiáticos e a regulamentação e promoção da formação dos Tradutores e dos Intérpretes de Língua de Sinais. A análise da enunciação dos estudantes é uma forma metodológica de valorizar a participação do sujeito na construção histórica, de fazer a sua genealogia como propõe os estudos de Foucault (1979), de modo, que aquilo que ele (enquanto participante social de um grupo) tem a dizer interessa e ressignifica as teorias explanadas, conforme aponta Schwartz (2000).

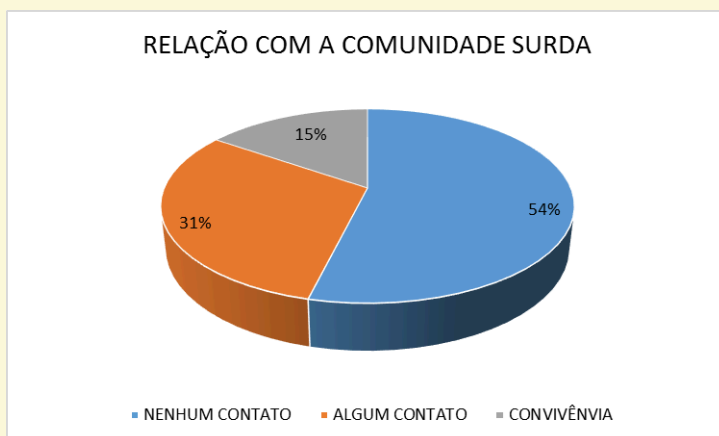
3. Resultados e Análise dos Dados

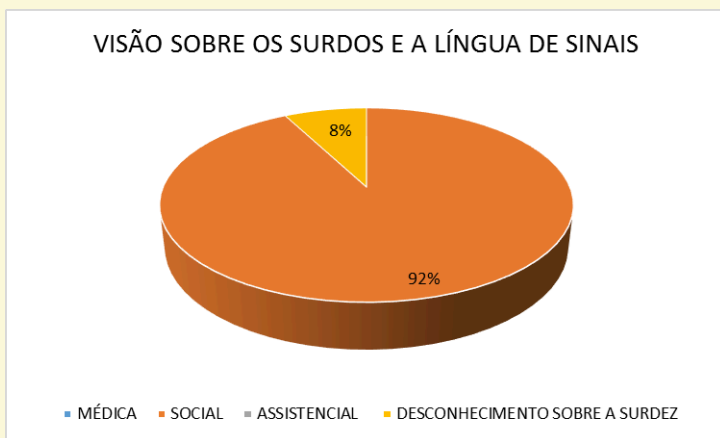
Conforme podemos observar nos gráficos abaixo, 54% dos alunos que responderam o questionário não possuíam conhecimento de Libras antes do ingresso, ou seja, mais da metade; 31% possuíam pouco conhecimento e apenas 15% se disseram fluentes. Em

relação à motivação para a escolha do curso, 62% dos alunos que responderam optaram pelo curso quando abriram a plataforma do SISU e o viram como opção que era compatível com sua nota de corte no ENEM; 23% responderam que escolheram o curso devido à divulgação feita pela universidade na internet e 15% pela sua relação prévia com a Libras. Esse último dado é compatível com o número de alunos que se declaram fluentes em Libras no tópico sobre o conhecimento de Libras antes do ingresso.

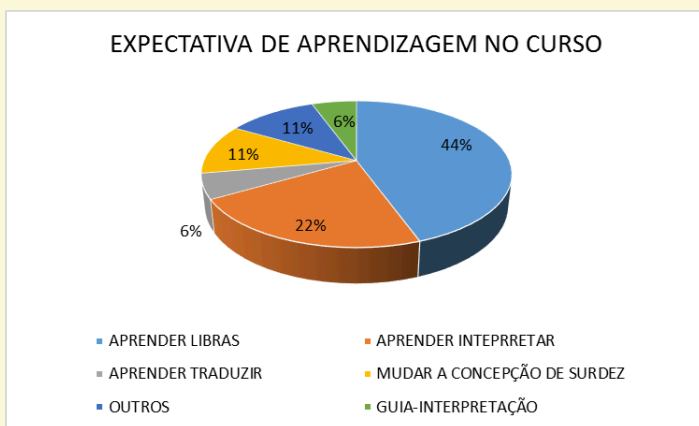


Sobre a relação com a comunidade surda antes do ingresso no curso, 54% dos alunos declararam nunca ter tido qualquer contato com surdos antes do início da formação, 31% algum contato em escolas e igrejas, mas nada aprofundado e 15% declararam conviver com a comunidade surda antes do início do curso. No tópico *visão sobre os surdos e a língua de sinais*, 92% dos alunos escreveram algo que apontou para uma concepção social da surdez como, por exemplo, “os surdos como pessoas normais”, “a Libras como uma língua igual às outras”, “os surdos têm os mesmos direitos que as pessoas ouvintes”. Embora o questionário apresentasse a possibilidade da aparição de uma visão mais assistencialista ou médica, nenhum dos alunos indicou essa representação e 8% não possuíam qualquer conhecimento sobre a área e, por isso, decidiram não se arriscar respondendo. Esse dado revela uma possível mudança discursiva, ou uma aproximação de cunho mais cultural, pois o questionário aplicado ocorreu dois meses após o ingresso, aproximadamente, e, com isso, os alunos já estavam recebendo instruções sobre o campo por meio das disciplinas no respectivo semestre letivo de ingresso.





No tópico sobre a *expectativa de aprendizagem* no curso, houve variedade nas respostas e mais de uma escolha por parte dos discentes. 44% dos alunos expectam aprender a Libras, 22% dos alunos expectam aprender a interpretar, 11% esperam mudar sua concepção e visão sobre os surdos e 11% também disseram aprender tópicos correlatos como aquisição da linguagem e questões de ensino-aprendizagem; 6% dos alunos possuem interesse em aprender algo sobre guia-interpretação para surdocegos e os outros 6% esperam aprender a traduzir.



No tópico *prospecção de atuação* há grande variedade quanto aos resultados: 29% dos alunos disseram ter vontade em atuar em campos abrangentes, isto é, em qualquer situação de tradução e de interpretação; 22% dos alunos possuem interesse em seguir carreira acadêmica e desenvolvimento de pesquisas; 21% não possuem prospecção de trabalho por não conhecerem, de fato, a área ainda; 14% anunciaram interesse em uma atuação mais comunitária em associações de surdos, em situações de acompanhamento em consultas, delegacias e outros, mas com surdos ligados às associações e entidades representativas; 7% expressaram interesse em atuação na esfera educacional como intérpretes e 7% em atividades correlatas como produção de materiais para surdos, ensino de libras e educação de surdos em escolas bilíngues e associações.



Esses dados nos revelam uma mudança significativa no perfil do alunado no primeiro curso presencial de Bacharelado no Estado de São Paulo no campo da Tradução e Interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. São dados interessantes porque, nesse mesmo Estado, está alocada a maior quantidade de pessoas que se autodenominam intérpretes e tradutores de Libras. No Exame Prolibras,

por exemplo, o maior número de candidatos para a certificação de tradução e interpretação, bem como de aprovados está neste Estado (QUADROS, et al., 2009). No entanto, como podemos visualizar nos dados acima, os sujeitos que procuraram o curso de formação em graduação diferenciam-se destes que já possuem, de alguma forma, uma inserção no mercado de trabalho. Na primeira turma do curso de Letras Libras oferecido pela UFSC no polo da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), localizado no Estado, havia um número significativo de alunos usuários da Libras e que já estavam inseridos neste campo de atuação.

Observamos, nos dados supra apresentados, que os alunos que se autodeclararam fluentes em Libras antes da entrada no curso são os mesmos que possuem convivência com a comunidade surda. Esses 15% coadunam com o perfil de profissionais das décadas de 1980, 1990 e 2000 quando pela convivência com os surdos tornavam-se intérpretes. O restante, porém, se insere no fluxo de alunos que escolhem o curso por motivações outras que não a relação prévia com a surdez.

Essa ruptura discursiva e emergente no campo da língua de sinais reativa ou reflete o movimento político de expansão e visibilidade desta língua em várias esferas, dentre elas a midiática, com janelas de intérpretes em redes nacionais de ampla circulação. O estabelecimento de um espaço sistematizado de formação e da institucionalização da formação de profissionais que se constituíram trabalhadores pela e na atividade nos revela que, para além da instauração de políticas inclusivas para a promoção da inclusão social da comunidade surda brasileira, a necessidade da criação de normas orientadoras para esta atividade se faz necessária. O vazio de normas reconhecidas socialmente, vivenciada pelos TILSP durante sua história, os colocaram em uma situação dramática, es-corregadia e inusitada, a de sua produção normativa na empiria da atividade, articulada com saberes religiosos, e que, mesmo com o contorno imprevisível de qualquer atividade de interpretação de línguas, intensificou-se à medida que os surdos, enquanto sujeitos sociais, adentraram as diversas esferas sociais. Isto significa que,

“observar a atuação desse trabalhador envolve compreender a história que ele carrega, os saberes que se enfrentam durante o seu fazer e os dramas que estão inerentes à gestão desses embates” (NASCIMENTO, 2014, p. 1137)

4. Considerações finais: quais os desafios para a formação de TILSP na atualidade?

Diante da análise realizada, podemos elucubrar que o público que fará a formação para atuar como tradutor e como intérprete de língua de sinais no Brasil nos próximos anos não será, *a priori*, apenas os sujeitos que possuem experiências com a Libras ou estreitas relações com as comunidades surdas. A tendência, uma vez que o campo se consolida como área de saber, de pesquisa, de formação e de trabalho, é que a tradução e interpretação da Libras e Língua Portuguesa entre no *rol* das profissões brasileiras escolhidas por alunos advindos do Ensino Médio, como são escolhidos outros cursos. O campo de trabalho que cresce e se estabelece com as políticas públicas de inclusão social, tende a ser cada vez mais amplo e a demandar, com cada vez mais frequência, profissionais para assumir os espaços ampliados de atuação.

Cokely (2005), narra realidade parecida, com a que vivenciamos hoje, nos Estados Unidos da América (EUA) quando, na década de 1960, com o início da profissionalização dos intérpretes de *American Sign Language*, a formação passou a ser de responsabilidade, quase que exclusiva, da universidade. Segundo o pesquisador, antes da criação do *Registry for Interpreters for the Deaf* (RID), entidade responsável pela organização da classe nos EUA, a interpretação era vista como uma contribuição para a comunidade surda e não como atividade de trabalho. Os protagonistas destas atividades eram, primordialmente, os CODAS que não faziam a interpretação com vistas à remuneração, mas, por possuírem outras atividades de trabalho, achavam que seu papel junto aos surdos era contribuir para a comunicação. Todavia, com a profissionalização

e a tomada da língua de sinais de uma perspectiva acadêmica e, por consequência, mercadológica, os surdos passaram a não confiar nos intérpretes que possuíam formação universitária com o argumento de que essa formação era distante da realidade surda nas comunidades. Momento e tensão presentes na atualidade, a qual cabe debruçamento teórico para a promoção de formações que contam com a comunidade surda e que produzem, ao olhar dos surdos usuários do trabalho do intérprete, uma afinidade interativa⁸.

Desse modo, há que se considerar que com esse novo desenho social para o trabalho do tradutor e do intérprete de língua de sinais no Brasil, bem como a demanda recorrente de formação em nível superior, os formadores e os currículos dos cursos devem cuidar e ter ciência que receberão alunos não falantes de Libras. Assim, apontamos, ainda, a necessidade de priorizar o ensino desta língua não apenas no espaço acadêmico, mas a de promover um intercâmbio real, vivo e profícuo entre as comunidades surdas e a universidade, visando, com isso, formar profissionais que corroborem e se articulem com a realidade surda e com as suas necessidades de comunicação. É nessa direção que o trocadilho “vice-e-versa”, colocado entre parênteses, no título deste artigo se justifica, uma vez que apenas a formação universitária não constituirá um sujeito que responda às demandas dos surdos, mas será na vivência comunitária, na inter-relação com os falantes nativos da língua que trabalharão que tornar-se-ão tradutores e intérpretes. E não se pode perder de vista este aspecto no novo contexto que se instaura; profissionais que sejam confiáveis, do ponto de vista das petições feitas pelas pessoas surdas e a formação no trânsito universidade – comunidade e comunidade – universidade.

No entanto, nos parece tênue o limite entre uma formação que possibilite que a comunidade surda confie nos profissionais formados e a necessidade de delimitar esta atividade enquanto trabalho remunerado, com formação, direitos e deveres. A tomada de posição e as distinções entre confiança e profissionalismo devem ser destacadas e melhor desenhadas. Tomar a petição surda da confiança não nos parece desmerecer a condição profissional, guarda-

das as devidas linhas divisórias, e os limites de tal relação. Como produzir esse duplo é a tarefa que se configura para os cursos de formação e para os formadores.

A normalização de uma atividade e a institucionalização de um saber, nesse prisma, não pode desconsiderar que as normas, mesmo com toda a sua importância, não são suficientes para a realização da atividade. Elas são frutos de aparição em um determinado momento histórico que pode ser sempre questionado e feito, portanto, uma genealogia. De uma perspectiva ergológica, a inexistência delas coloca o sujeito em um vácuo, um vazio a ser gerido, mas a supervalorização, ao contrário, aprisiona o sujeito que, com o peso delas, vive situações dramáticas tornando o seu trabalho invivível. Por isso, a nova realidade configurada no Brasil aponta para a necessidade de novas rupturas em que “os que já sabem” já não são mais os únicos envolvidos com a comunidade surda e com as atividades de tradução e de interpretação, mas existem os novos, que “querem saber”, e, por isso, necessária é a revisitação constante às nossas práticas de trabalho e de formação.

Notas

1. Para um aprofundamento da leitura da surdez numa vertente cultural recomendamos a obra de Maura Corcini Lopes, “Surdez e Educação”, na qual a autora aponta processos de reconfiguração discursiva do campo da surdez e se posiciona dentro de uma linha a olha como um marcador cultural primordial, portanto, os surdos podem reivindicar as inscrições realizadas sobre seu corpo por meio de suas resistências. Na leitura da autora, a aparição de um discurso cultural revela lutas surdas para novas narrativas de si.

2. Luz (2013) discute o conceito de aparição por três dimensões: a ética, a subjetiva e a situacional. A proposta do autor é pensar o lugar dos surdos e de sua língua em cenas cotidianas nas narrativas da história, dos surdos e de seus fami-

liares. Neste artigo, no entanto, não aprofundaremos o conceito cunhado pelo pesquisador.

3. Até meados dos anos 2000 se falava apenas em *intérprete*. A inscrição *tradutor* começou a ser usada, oficialmente, após o Decreto 5.626 de 2005. Todavia, no contexto eclesiástico havia, mesmo que isoladamente, ações de tradução promovidas, sobretudo, por intérpretes que atuavam como tradutores, especialmente no âmbito de textos religiosos, como a bíblia, e em canções. Usaremos, nesse prisma, a expressão *Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa (TILSP)* para o lugar profissional instaurado discursivamente pela legislação a partir da publicação deste documento. Quando nos referirmos às situações de atuação antes disso como, por exemplo, nas igrejas, faremos menção, apenas, à *interpretação*, ao tratarmos da atividade, e *intérprete*, ao tratarmos do sujeito protagonista da atividade por considerarmos que, mesmo havendo atividades de tradução, foi a da interpretação que mais se destacou antes da promulgação do Decreto.

4. *Children of Deaf Adults*. Sigla em inglês de uma instituição americana e que, traduzida literalmente, quer dizer *Filhos de Pais Surdos*. No Brasil, a expressão é comumente usada para *Filhos Ouvintes de Pais Surdos*. Não necessariamente os CODAS são ou serão intérpretes de língua de sinais, mas, conforme mostram Quadros e Massuti (2007), por viverem constantemente na zona limite da aquisição de línguas de modalidades tão diferentes e, com isso, de universos sensoriais e culturais distintos, alguns acabam por optar pela atuação profissional como TILSP.

5. Em entrevista para a Associação Catarinense de Intérpretes de Língua de Sinais (ACATILS), Ronice Quadros, CODA brasileira e expoente pesquisadora do campo da língua de sinais e da tradução e interpretação no Brasil, esclarece que, embora os CODAS convivam com os surdos e façam mediações entre a língua oral e a de sinais, as situações de mediação dentro de seus ambientes familiares não são, necessariamente, atividades de interpretação, porque, geralmente, não acompanham o fluxo discursivo da língua fonte do discurso a ser mobilizado.

6. Os concursos nas universidades federais para TILSP, por exemplo, baseiam-se nesta lei de regulamentação para a abertura de vagas, o que tem feito com que o plano de carreira estabelecido nestes concursos seja para o Nível D, cujo o cargo é nomeado como “Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais” em que é exigido como formação apenas o ensino médio mais o Exame Prolibras. Todavia, existe um cargo em nível E para “Tradutor Intérprete” em que se exige a formação em curso de Letras, mas sem a especificação da língua. A descrição do cargo é, praticamente, a mesma do cargo para TILSP em Nível D. A justificativa

do MEC e do Ministério do Planejamento, no entanto, é que ainda não existem profissionais formados em nível superior no Brasil o que mostra total desconexão com a política vigente de formação, já que existem cursos em nível superior e profissionais formados em Letras Libras desde o ano de 2012. Até janeiro de 2014 existiam, segundo Romeiro, Oliveira e Silvério (2014), 122 TILSP contratados ou concursados nas 56 universidades federais brasileiras. Os autores aplicaram um questionário para mapear a situação dos TILSP nesse campo e, dos 122, apenas 41 devolveram o questionário enviado. A partir desses dados, foi constatado que 71% estão contratados em nível D enquanto 10% estão em nível E. Os outros 19% declararam não ter um nível definido. Embora a discussão esteja centrada, de certo modo, na regulação de um campo e na promoção de trabalho para quem ainda não tem a formação em nível superior, conforme pode se ler nos vetos, há que se considerar que a discussão sobre o plano de carreira em nível federal para TILSP tem a ver com o projeto político educacional do governo vigente, visto que, desde 2011, o governo federal tem investido energias e recursos para a educação em nível médio e técnico. Como o Decreto 5.626/05 já previa a possibilidade de formação em cursos de educação profissional, os vetos na Lei da regulamentação ganharam respaldo delimitando, portanto, que os profissionais TILSP poderiam ser contratados no âmbito dos cargos administrativos nesta categoria de formação. Quase um “toma lá dá cá” envolvendo formação, investimento e interesses políticos, econômicos e sociais.

7. O curso oferecido pela UFSCar, diferente das outras universidades que estão oferecendo a formação em Letras Libras, seja bacharelado ou licenciatura, está alocado no Departamento de Psicologia e não no Departamento de Letras. Por essa razão, o nome do curso não se vincula, diretamente, à área de Letras e sim à da Tradução e Interpretação, embora no currículo do curso haja disciplinas da área de Letras e Linguística que são oferecidas pelo Departamento responsável por essa área. Um dos motivos para essa diferenciação é que na UFSCar a área de Libras, existente antes da criação do curso, já estava vinculada ao curso de Educação Especial que, por sua vez, está, também, alocado do Departamento de Psicologia. Os professores, então, que possuíam familiaridade com o tema estavam neste departamento e não no outro. O curso chama-se Tradução e Interpretação *em* Libras e Língua Portuguesa e o uso do “em” e vez do “de” marca que nem sempre o par linguístico da Libras será o Português e vice-e-versa.

8. No Brasil, Quadros (2014) tem tratado desta questão. No 4º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, a pesquisadora, que apresentou depoimentos de surdos sobre a questão da “confiança” e firmou a necessidade de práticas que estejam mais alinhadas com as necessidades do público surdo, principal envolvido e demandante das práticas de tradução e de interpretação da língua de sinais.

Referências

ASSIS SILVA, C. *Cultura Surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

BRASIL. *Viver Sem Limites: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_0.pdf. Acesso em: 07/06/2015.

_____. *Decreto 7.612 de 17 de novembro de 2011*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm

_____. *Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 07/01/2015.

_____. *Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 07/01/2015.

_____. *Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 07/05/2015.

_____. *Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 07/06/2015.

_____. *Lei nº 10.098 de 8 de novembro de 2000*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponí-

vel em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L10098.htm. Acesso em: 07/06/2015.

CALVET, J. L. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

COKELY, D. Shifting positionality: a critical examination of the turning point in the relationship of Interpreters and the Deaf Community. In: MARSCHARK, M.; PETERSON, R.; WINSTON, E. (Org). *Sign Language Interpreting and Interpreter Education: directions for research and practice*. New York: Oxford University Press, 2005.

DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder: Conversas entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. O governo de si e dos outros. *Curso dado no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LACERDA, C. B. F. *Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LEITE, E. M. C. *Os papéis dos intérpretes de LIBRAS na sala de aula inclusiva*. 2004. 182f. Dissertação (Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LOPES, M. C. *Surdez e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPEZ, M. V. O conceito de experiência em Michel Foucault. *Revista Reflexão e Ação*. Santa Cruz do Sul, v.19, n 2, 2011, p.42-55. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2367/1900>. Acesso em: 15/06/2015.

LUZ, R. D. *Cenas surdas: os surdos terão lugar no coração do mundo?* São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MARTINS, V.R.O. *Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais: relações de poder e (re) criações do sujeito*. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2008.

_____. *Posição Mestre: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do Intérprete de Língua de Sinais Educacional*. (Tese). Doutorado em Educação. Universidade de Campinas, Campinas/SP, 2013.

METZGER, M. Os destaques das pesquisas sobre interpretação de língua de sinais no contexto acadêmico da interpretação comunitária. In: QUADROS, R.M.de (Org.). *Tradução e Interpretação de língua de sinais*. Florianópolis: Cadernos de Tradução, v.2, n. 26, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p13>. Acesso em: 29/06/2015.

NASCIMENTO, M. V. B. *Interpretação da língua brasileira de sinais a partir do gênero jornalístico televisivo: elementos verbo-visuais na produção de sentidos*. (Dissertação). Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, V. Dimensão ergo-dialógica do trabalho do tradutor e intérprete de libras/português: dramáticas do uso de si e debate de normas no ato interpretativo. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, vol. 14, n. 4, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-639820145604>. Acesso em: 15/06/2015.

_____. Interpretação da Libras para o Português na modalidade oral: considerações dialógicas. *Tradução & Comunicação. Revista Brasileira dos Tradutores*. N. 24, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://sare.anhanguera.com/index.php/rtcom/article/view/3733/1368>. Acesso em: 17/06/2015.

PÖCHHACKER, F. *Introducing Interpreting Studies*. New York: Routledge, 2004.

QUADROS, R. M. Confiança: tradutor e intérprete de Libras/Português com o público envolvido. (Palestra). *IV Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

_____; SZEREMETA, J. F.; COSTA, E. FERRARO, M. L.; FURTADO, O.; SILVA, J. C. *Exame Prolibras*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

_____; MASSUTI, M. CODAS brasileiros: Libras e Português em zonas de contato. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Org). *Estudos Surdos II*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2007.

_____. *O tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

ROMEIRO, S. A. L. V.; OLIVEIRA, I. N. SILVÉRIO, C. C. P. O trabalho do Tradutor Intérprete de Libras-Português nas Universidades Federais Brasileiras. *Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa*. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/2014/2957.pdf>. Acesso em: 15/06/2015

ROSA, A. S. *Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete* (Dissertação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

SANTOS, S. A. *Tradução/Interpretação de Língua de Sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010*. (Tese) Doutorado em Estudos da Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

_____. Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação. In: QUADROS, R.M.de (Org.). *Tradução e Interpretação de língua de sinais*. Florianópolis: Cadernos de Tradução, v.2, n. 26, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p145/14227>. Acesso em: 29/06/2015.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, n. 7, 2000. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/1681/1274>. Acesso em: 15/06/2015.

_____. Trabalho e Saber. *Trabalho & Educação* - vol.12, n.1 - jan/jul. 2003. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/1227/989>. Acesso em: 15/06/2015.

SOBRAL, A. U. *Dizer o “mesmo” a outros: ensaios sobre tradução*. São Paulo: SBS, 2008.

SOUZA, R.M. Língua de Sinais e Escola: Consideração a partir do texto de regulamentação da língua brasileira de sinais. In: *ETD (Educação Temática Digital): Educação dos surdos e língua de sinais*. V.7 n.2, 2006. pp. 263-278. Disponível em: <http://143.106.58.55/revista/viewarticle.php?id=127&layout=abstract>. Acesso em: 30/05/2015.

WADENSJÖ, C. *Interpreting as interaction*. London: Pearson Education, 1998.

Recebido em: 30/06/2015

Aceito em: 15/09/2015